

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1551929 - SP
(2019/0219252-5)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : GILBERTO ALVES DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : JUSSARA ALBINO ODA MORETTI - SP252643
ADRIANO LOPES ALBINO - SP338518
AGRAVADO : SÃO MARTINHO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO SAMPAIO VILHENA E OUTRO(S) -
SP216568
CLAUDIO SANTINHO RICCA DELLA TORRE -
SP268024
AGRAVADO : APARECIDO MARCELINO DOS SANTOS
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR CAPRONI E OUTRO(S) - SP206182B
AGRAVADO : VECAL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ADVOGADO : CLAUDIO ANDRÉ BRUNN E OUTRO(S) - SP236751
AGRAVADO : TOKIO MARINE SEGURADORA S.A
ADVOGADO : ELAINE COLOMBINI E OUTRO(S) - SP237505

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC, não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 284 do STF).

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator